



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Djalma de Almeida Cesar, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Jensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elio Rusch, Eurides Moura, Paulo Maia e Rossoni (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº SPB.1309/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 11.06.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) ROSSONI

Curitiba, quinta, em 11.06.92

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente.

Cumprimentando-lhe, respeitosamente, venho pelo presente justificar ao Augusto Plenário da Assembléia Legislativa minha ausência na Sessão desta data, em virtude de estar acompanhando o Prefeito desta capital, arquiteto Jaime Lerner, em trabalhos da ECO-92, na Cidade do Rio de Janeiro.

Limitado ao exposto, antecipo votos de agradecimentos, renovando protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra e a satisfação de indicar o Excelentíssimo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães Filho como novo Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal nesta Casa Legislativa.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI, JOÃO ARRUDA, HELIO RUSCH, BASÍLIO ZANUSSO e NELSON GARCIA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) ADEMAR TRAINO

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão especial, para acompanhar situação relativa a conflitos fundiários existentes no Município de Nova Aurora, composta de 5 (cinco) membros, com 30 (trinta) dias de duração.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) TOTI COLAÇO, DUÍLIO GENARI, PAULO MAIA, NELSON JUSTUS e OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, que seja consignado em ata, Votos de congratulações ao Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado do Paraná, por seu 50º aniversário de fundação, a ser comemorado no dia 20 de junho de 1992.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) CLEITON KIELSE

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente via fax, em caráter de urgência, ao Dr. Heron Arzu, Secretário de Estado da Fazenda, no sentido de estudar, em caráter urgentíssimo, com solução satisfatória o pedido angustiante, da população de União da Vitória, formulado por telegramas, por intermédio do Clube de Diretores Lojistas que transcrevemos: "Diante grave quadro econômico social ocasionado pelas cheias Rio Iguaçu, União da Vitória, Paraná, quando continuamos na marca dos 8,90 metros há mais de 15 dias, onde aproximadamente 70% das indústrias ficaram inundadas e restante sem matéria prima para trabalhar o que fez com que houvesse reflexos negativos setor comercial que estava sofrendo consequências política econômica recessiva Governo Federal, vimos com o presente solicitar que: quando da regulamentação Decreto-Lei nº 1370 no seu artigo 2º, Vossa Excelência prorrogue pelo menos em 60 dias sem juros, multa e correção o pagamento do ICMS, referente operações realizadas meses maio, junho e julho e que medida seja extensiva a todo o setor industrial independente de se ter ficado ou não inundado, pois todo o setor teve sérios prejuízos direta ou indiretamente".

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O conteúdo do telegrama por si só traduz a angústia da população de União da Vitória. Estivemos pessoalmente no local constatando que estimativas otimistas prevêm um prazo de noventa dias, após a baixa efetiva do nível das águas, para o reinício das atividades industriais. Serão noventa dias quase sem receita.

Senhor Secretário, o quadro é desolador. As águas do Rio Iguaçu demoram excessivamente para a vazão, o que agrava ainda mais o problema social. O desespero tomou conta da região, mas, com o atendimento desta reivindicação, temos certeza que União da Vitória saberá superar esse difí-

cil momento. O desafio é uma constante na vida do povo trabalhador daquele Município que tem sempre sabido vencer as dificuldades.

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente via fax, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, no sentido de determinar aos órgãos competentes agilização de recursos para minorar a situação dos desabrigados atingidos pelo vendaval e pelas enchentes do Rio Iguaçu no Município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida foi duramente castigado pelo vendaval e pela enchente do Rio Iguaçu, ocasionando 4 (quatro) vítimas fatais, 20 (vinte) casas destruídas e 40 (quarenta) famílias desabrigadas, além da destruição quase total da agricultura ribeirinha, bem como destruição de pontes e estradas.

O quadro é desolador, além das moradias destruídas, famílias desabrigadas a malha rodoviária está completamente comprometida, cuja restauração a Prefeitura Municipal carece de recursos, sem o qual não há a mínima chance de recuperação.

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente via fax, em caráter de urgência, ao Doutor Mário Pereira, Vice-Governador, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar com a máxima urgência, auxílio ao Município de Boa Vista da Aparecida duramente castigado pelo vendaval e enchente do Rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida foi duramente castigado pelo vendaval e com as enchentes do Rio Iguaçu, com a destruição de pontes e danificações da malha rodoviária.

O desespero tomou conta da população daquele Município, o quadro é desolador com a perda de quatro vidas, vinte casas destruídas e quarenta famílias desabrigadas.

A Prefeitura do Município carece de recursos para a recuperação de pontes e da estrutura viária praticamente destruída.

Solicitamos seja destacado, aquele Mu-

nício uma Patrulha Rodoviária para auxiliar a restauração das estradas e pontes.

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando envio de mensagem para que, em caráter de urgência, seja viabilizada majoração de vencimentos para a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) MARIO BEZERRA GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Os vencimentos da Polícia Militar do Paraná encontram-se em elevado grau de defasagem. Um policial, em início de carreira, (soldado) percebe aproximadamente um salário de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais; importância extremamente irrisória, inconcebível para quem deve arcar com a responsabilidade da segurança pública. Com tais vencimentos, fica o policial militar suscetível de se corromper e facilitar crimes. Há notícias de soldados os quais, em momentos em que se encontram liberados do trabalho, dedicam-se ao cultivo da terra, como trabalhador rural, na condição de bóias-frias, para que possam complementar salários impedindo assim que os filhos vejam-se privados de alimentação sadia. A situação parece insustentável. O Paraná corre o risco de ver sua corporação radicalmente diminuída, agravando sobremaneira a já debilitada segurança de seu povo. Providências fazem-se urgentes.

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Rogério Tissot, Diretor Geral do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, para que seja deslocado até Tibagi, uma pã carregadeira e caminhões basculantes, a fim de que sejam feitos os reparos necessários nas estradas daquele Município.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 945

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Ministro de Minas e Energia, para que seja reintegrado o dirigente sindical e curador da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência So-

Curitiba, quinta, em 11.06.92

cial, Senhor Claudius Charles Girard.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) DR. ROSINHA - OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados do Partido dos Trabalhadores manifestam preocupação em relação à demissão arbitrária e sem justa causa do dirigente sindical e curador da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, Sr. Claudius Charles Girard, ocorrida no dia 05 de junho.

A Eletrosul desconsiderou a imunidade sindical ao demitir um diretor do Sindicato de Eletricitários de Florianópolis, desrespeitando o papel de um membro titular do Conselho de Curadores da Fundação, eleito pelos trabalhadores. Não tem sido outra a preocupação do conselheiro na Fundação, do que zelar pelo patrimônio da mesma.

Na Ata da 101ª Reunião do Conselho de Curadores, a seu pedido, foi confirmada e registrada a compra de ações da Sul Americana de Engenharia SADE, a compra destes papéis por todas as fundações de empresas estatais resultou no afastamento do Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos, da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos; também por iniciativa do Curador Claudius, foi registrada na ata da 106ª reunião do Conselho de Curadores da Fundação, a situação da dívida da Eletrosul para com a ELOS, que já ultrapassa a casa dos 50 milhões de dólares. Boa parte desta dívida é constituída pela retenção de consignações dos próprios empregados, cuja contribuição à Fundação é descontada em folha de pagamento e não é repassada para a Fundação. O procedimento da Eletrosul é manifestamente ilegal, conforme parecer do Secretário Nacional de Previdência Social e Complementar, Dr. Luis Carlos Magalhães Peixoto, em reunião com a diretoria do Sindicato em 27 de maio, inclusive o próprio Consultor da Fundação, Dr. Jessé Montello, alertou sobre a gravidade desta apropriação indébita.

Como pode se perceber, os reais motivos desta demissão estão ligados ao procedimento irreparável do Curador Claudius Charles Girard, junto ao Conselho de Curadores da Fundação.

Supreende também que esta decisão da Diretoria da Eletrosul tenha sido tomada dois dias após a reunião que o Ministro das Minas e Energia teve com o Comando Nacional dos Eletricitários, onde declarou ter orientado auditorias nas Fundações das empresas sob responsabilidade do Ministério do qual é titular.

Isto posto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Paraná, solicita envio de expediente ao Ministro das Minas e Energia, pedindo re-

visão do ato arbitrário cometido pela Diretoria da Eletrosul, onde ficam claras as intenções revanchistas.

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Amílcar Gazaniga, Presidente da Eletrosul para que seja reintegrado o dirigente sindical e curador da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, Senhor Claudius Charles Girard.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) DR. ROSINHA - OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados do Partido dos Trabalhadores manifestam preocupação em relação à demissão arbitrária e sem justa causa do dirigente sindical e curador da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, Sr. Claudius Charles Girard, ocorrida no dia 05 de junho.

A Eletrosul desconsiderou a imunidade sindical ao demitir um diretor do Sindicato de Eletricistas de Florianópolis, desrespeitando o papel de um membro titular do Conselho de Curadores da Fundação, eleito pelos trabalhadores. Não tem sido outra a preocupação do conselheiro na Fundação, do que zelar pelo patrimônio da mesma. Na Ata da 101ª Reunião do Conselho de Curadores, a seu pedido, foi confirmada e registrada a compra de ações da Sul Americana de Engenharia SADE, a compra destes papéis por todas as fundações de empresas estatais resultou no afastamento do Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos, da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos; também por iniciativa do Curador Claudius, foi registrada na ata da 106ª reunião do Conselho de Curadores da Fundação, a situação da dívida da Eletrosul para com a ELOS, que já ultrapassa a casa dos 50 milhões de dólares. Boa parte desta dívida é constituída pela retenção de consignações dos próprios empregados, cuja contribuição à Fundação é descontada em folha de pagamento e não é repassada para a Fundação. O procedimento da Eletrosul é manifestamente ilegal, conforme parecer do Secretário Nacional de Previdência Social e Complementar, Dr. Luis Carlos Magalhães Peixoto, em reunião com a diretoria do Sindicato em 27 de maio, inclusive o próprio Consultor da Fundação, Dr. Jessé Montello, alertou sobre a gravidade desta apropriação indébita.

Como pode se perceber, os reais motivos desta demissão estão ligados ao procedimento irreparável do Curador Claudius Charles Girard, junto ao Conselho de Cura-

dores da Fundação.

Supreende também que esta decisão da Diretoria da Eletrosul tenha sido tomada dois dias após a reunião que o Ministro das Minas e Energia teve com o Comando Nacional dos Eletricistas, onde declarou ter orientado auditorias nas Fundações das empresas sob responsabilidade do Ministério do qual é titular.

Isto posto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Paraná, solicita envio de expediente ao Ministro das Minas e Energia, pedindo revisão do ato arbitrário cometido pela Diretoria da Eletrosul, onde ficam claras as intenções revanchistas.

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário o envio de expediente à Câmara dos Deputados em Brasília, no sentido de informar que esta Doughty Casa de Leis manifesta-se contrariamente ao projeto de lei, ora em trâmite naquela Casa, que visa a privatização do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11.06.92

(a) CLEITON KIELSE.

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Ernani Pudell, Arlindo Troian, João Arruda, Neivo Beraldin, Oswaldo Trevisan, Edson Silva Lino, Antônio Annibelli, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Djalma de Almeida César, Lourenço Fregonesse, João Preis, Doutor Rosinha, Luiz Carlos Martins, Dirceu Manfrinato, Nelson Garcia, Albino Corazza e José Artur Ritti.

JUSTIFICATIVA:

Tramita neste momento, na Câmara dos Deputados em Brasília, Projeto de Lei que visa a privatização dos Portos Brasileiros que estão sob o controle estatal, que seja federal ou estadual, sendo o mesmo objeto de polêmicas e disputas acirradas.

O Porto de Paranaguá, mesmo sendo estatal, consegue as menores taxas de exportação do Brasil, com US\$ 5,00 dólares por tonelada contra cerca de US\$ 10,00 dólares de outros portos estatais e até privatizados.

É certo que com a privatização dos portos, serão um baixo número de Empresas que tomarão conta do setor e controlarão todos os portos nacionais, podendo praticar e impor preços, tornando-se mais um cartel, tais como já existem os de cimento, remédios, automóveis e outros mais.

Todos nós sabemos que a concorrência e salutar é fundamental na livre economia, sendo que a mesma influi diretamente na qualidade do produto oferecido, exigindo ainda a constante modernização dos equipa-

mentos e sistemas organizacionais

A Direção do Porto de Paranaguá tem estado atenta às transformações sociais e econômico-financeiras ocorridas na sociedade brasileira e no comércio internacional modernizando seus equipamentos e técnicas gerenciais que o torna não só o que detém os maiores volumes de exportação de grãos como também o mais barato demonstrando sua viabilidade, sua autogerência e auto-sustentação.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 174/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam assegurados aos Funcionários Públicos Estaduais, que na data da publicação desta Lei, tenham completado 2 (dois) anos de efetivo exercício em cargo em comissão, os direitos concedidos pela Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) CLEITON KIELSE NELSON JUSTUS, EDSON SILVA LINO, ROSSONI, COLOMBINO GRASANO, DALTON MACHUCA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LOURENÇO FREGONESE EURIDES MOURA, JOAO PREIS, NILTON BARBOSA, SEVERINO FELIX, ERONDY SILVERIO, ALGACI TOLIO, LUIZ CARLOS MARTINS, ANTONIO ANNIBELLI, MARIO BEZERRA, EMILIA BELINATI, JOSE ARTUR RITTI E PAULO MAIA.

JUSTIFICATIVA:

"A Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Diz o art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal, que a Lei não prejudicará o Direito Adquirido.

Segundo princípio do direito, uma Lei posterior mais grave não deve prejudicar uma Lei anterior.

A medida aqui proposta tem por objetivo garantir aos funcionários públicos estaduais um direito adquirido, estabelecido na Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Com isso entendemos a necessidade de se criar um dispositivo que assegure os direitos dos funcionários públicos estaduais.

PROJETO DE LEI Nº 175/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade

Curitiba, quinta, em 11.06.92

Pública o LAR BATISTA ESPERANÇA com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 11.06.92.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Instituição de amparo ao menor abandonado, principalmente aos menores de 3 (anos) o LAR BATISTA ESPERANÇA, tem realizado um trabalho verdadeiramente marcante, face ao carinho, amor e afeto dispensados a estas crianças.

Amparar ao menor abandonado independente de sexo, cor, origem, religião ou conotação política é sempre o objetivo desta entidade, que recebe as crianças enviadas pelo Juizado de Menores de Curitiba, e os atende até que o Juizado providencie algum casal para a adoção.

Convém salientar, por essencial que o ministério precípuo do LAR BATISTA ESPERANÇA, restringe-se ao cuidado específico do menor, suas necessidades físicas, sociais e psicológicas, dando a estes menores uma condição digna de seres humanos, vez que, inúmeras vezes as crianças chegam maltratadas, traumatizadas, até feridas e necessitam antes de tudo, de serem cercadas de carinho muito amor e solidariedade.

Por estes brilhantes atributos, pelo elevado valor social dos serviços prestados por esta entidade, nada mais justo que seu reconhecimento de Utilidade Pública, motivo pelo qual solicitamos aos nossos nobres pares desta Casa de Leis a aprovação da medida proposta.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO. Senhor Presidente, Senhores Deputados.;

O Jornal "Folha de Londrina" hoje publica uma notícia que gostaríamos de lamentar, aqui, nesta Casa. Não a publicação do jornal, é óbvio, mas o assunto a que se trata.

O Supremo Tribunal de Justiça julga hoje o pedido de intervenção Federal no Paraná. O que está ocorrendo nesta batalha jurídica, resumidamente, é a disputa judicial por 300 alqueires de terra da fazenda Can-Can. Disputa essa que começou em 1989 quando esta área improdutiva foi ocupada por aproximadamente 600 famílias que hoje, após 4 anos estão tirando desta área o seu sustento e sobrevivendo em nosso Estado.

A questão após a desapropriação pelo Presidente José Sarney em 89, que emitiu o

decreto desapropriatório, aos proprietários da área, senhores Jurandir Silveira Pinto e Cláudio Silveira Pinto Júnior, ingressaram na justiça com um pedido de reintegração de posse. Ganham nas instâncias inferiores e hoje tramita no Supremo Tribunal de Justiça o pedido de intervenção no Estado, pela não disposição do Governador Roberto Requião em, como disse aqui há alguns dias, o Deputado Ernani, em se recusar a fazer com que o Governo do Paraná e a polícia do Paraná sejam os bandidos ao retirar de cima dessa área 600 famílias de trabalhadores e jogar nas beiras das estradas, jogar nas favelas, na miséria maior do que já se encontram hoje os próprios pequenos agricultores, aqueles que têm um pedaço de chão de onde tiram o seu sustento.

Preocupa-nos quando numa sessão anterior do Superior Tribunal de Justiça, 18 dos 21 Ministros que estiveram presentes, com exceção do Ministro paranaense Milton Luís Pereira, que pediu vistas do processo, votaram a favor da intervenção Federal no Paraná. O que consta na matéria aqui, é que neste julgamento de hoje, ou o Superior Tribunal de Justiça acata o pedido de intervenção Federal no Paraná, o Ministro Torreão Brás enviará ofício ao Presidente Fernando Collor a quem caberá decretar a intervenção federal, nomeando interventor no Estado, além de especificar o prazo e as condições da intervenção.

Está correta e corretíssima a decisão do Governador Roberto Requião em não acatar esses pedidos de despejo. Está correta e está injusta, porque está legal, mas injusta a decisão da Justiça em julgar os pedidos, olhando a lei com olhos frios, se deveria julgar que se colocassem na rua essas famílias e não só desta área, mas de todo o Estado do Paraná.

Torcemos para que a consciência dos senhores Ministros da Corte Especial do Supremo Tribunal de Justiça, não apele friamente para a lei e também não julgue como a maioria dos juizes estão julgando em todo o País, os pedidos de reintegração de posse com base nos arcaicos artigos do Código Civil de décadas e décadas passadas, onde se baseia numa realidade de 40 ou 50 anos atrás. E hoje a realidade econômica e política do País é totalmente outra. E haverá necessidade de os olhos da lei também perceber esta nova realidade brasileira.

Com muita tristeza, se isto ocorrer, teremos que assistir a uma intervenção no Estado do Paraná. Mas torcemos para que a consciência e a seriedade dos juizes do Superior Tribunal de Justiça não julguem na forma da fria lei, mas, tenham consciência do problema social e da necessidade da adaptação das próprias Leis à

realidade da situação social do nosso País, hoje.

Esperamos que não seja feito isso, que a Justiça pelo menos, e que alguns juizes que já deram ganho de causa a esta intervenção, venha ocorrer. E saudamos a postura correta do Governador Roberto Requião de não se tornar e não fazer da Polícia do Paraná que são trabalhadores deste Estado - carrascos, bandidos para bater e jogar o nosso povo na miséria.

Muito obrigado!

O SR. NILTON BARBOSA (**Pela Ordem**) - Sr.

Presidente, nós queremos registrar a presença nesta Casa do Vereador do PDT, do Distrito de Perobal, José Evangelista, que vem até esta Capital trazendo consigo um pedido de reconsideração junto ao TRE, e já foi protocolado hoje pela manhã no Tribunal, para que este reveja a posição dos municípios em que foram autorizadas eleições em três de outubro.

E, no nosso entender, não poderiam, estes municípios, ter ficado de fora. Perobal e um outro Distrito do Município de Goioerê que também foi emancipado.

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, no momento em que registramos a presença do Vereador José Evangelista, de pedir a sua participação, a participação desta Casa no sentido de que reveja, o Tribunal Regional Federal, a decisão que autoriza as eleições em alguns municípios do Paraná, e que está deixando de lado o Município de Perobal, já com plebiscito realizado em março de 1991.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez solicitamos a sua participação para que V.Exa, como Presidente desta Casa, mantenha um contacto com o Presidente do TRE para que possamos dar a condição aos nossos companheiros de Perobal de escolherem o seu futuro Prefeito em três de outubro. E, quem sabe, o futuro Prefeito seja o próprio Vereador que aqui está hoje, o Sr. José Evangelista.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Mário Bezerra com a palavra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, toma corpo nos jornais as notícias de protestos de familiares de policiais militares.

Folheando hoje o "Jornal do Povo", da Cidade de Maringá, nós podemos avaliar quão grave está a situação da Polícia Militar em nosso Estado.

O "Jornal do Povo" traz a seguinte manchete (**Lê**):

Passeata de protesto reúne mulheres de policiais militares.

Ontem pela manhã dezenas de mulheres de policiais militares realizaram uma passeata de protesto, chamando a atenção sobre o problema salarial dos soldados. A passeata seguiu por diversas ruas de Maringá, terminando em frente ao 4º BPM. As mulheres portavam cartazes onde pediam providências do governo do Estado, alegando que o soldo pago não é suficiente para a subsistência de uma família.

Indignada, Hilma Maria Adams foi uma das participantes da passeata de protestos. Ela é esposa de um cabo da Polícia Militar, que com 19 anos de serviço recebe hoje um salário de Cr\$ 443 mil.

As mulheres gritavam palavras de ordem e exigiam do governo medidas urgentes. Os cartazes classificavam os salários insignificantes e irrisórios.

Greve em Maringá

Informações de um policial do 4º Batalhão a um jornalista, davam conta de que se o governo não tomar uma atitude imediata, haverá nos próximos dias uma paralisação completa por parte dos PMS; pelo menos os soldados, cabos e alguns sargentos. estão se unindo neste sentido. A fonte declarou que é completamente inadmissível a classe continuar a passar por privações, sem tomar alguma atitude.

ESCLARECIMENTO

A respeito da matéria publicada na edição de ontem, com o título "Comandante do 4º BPM culpa governo do Paraná pelo baixo salário da PM", é necessário ressaltar que o repórter cometeu confusão. Examinando o "tápe" da entrevista concedida a TV - Sarandi, pelo comandante do 4º Batalhão, coronel Tadeu Rodrigues, verificou-se que ele declarou: "A situação é difícil não só para os militares. A defasagem de salário é hoje um problema nacional". Com relação ao governador Roberto Requião, o coronel Tadeu Rodrigues, elogiou a política que o governador paranaense pretende adotar, que é a de enxugamento e valorização do militar, fazendo com que cada policial passe a ter uma remuneração, desde que apresente um serviço de melhor qualidade. E pensamento do governador paranaense, não recrutar mais ninguém para a Polícia Militar, adotando uma política de treinamento e especialização para os atuais, o que irá beneficiar a comunidade, e o próprio militar, que terá uma melhor remuneração. Essa foi a colocação feita no final da entrevista que o coronel Rodrigues concedeu, mas que foi publicada pelo JORNAL DO POVO, com uma colocação diferenciada.

Infelizmente, Sr. Presidente e Senhores Deputados, os oficiais não podem falar

nada contra a política salarial adotada pelo Governo atual. Tem é que elogiar a fome pela qual passam, como está acontecendo em Maringá.

Eu entro com Requerimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicitando do Governo do Estado do Paraná, a remessa para esta Casa, de Expediente ou de uma Mensagem de reajuste salarial para os policiais militares, em caráter de urgência.

Tomei conhecimento que existem policiais militares trabalhando de bôias-frias, nos momentos em que estão fora de serviço. De bôias-frias! Porque hoje, um policial militar, um soldado, ganha perto de Cr\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil cruzeiros). Tem policial militar morando na favela! E até em terrenos invadidos, porque não tem condições de nem pagar o aluguel.

É lamentável que a Polícia Militar do Paraná chegue a uma situação como esta. De fome! Passa fome e nenhuma medida é tomada pelo Governador do Estado do Paraná. É necessário que esta Assembléia remeta ao Governo, para que ele abra os olhos para os graves problemas que a Polícia Militar enfrenta, hoje. E depois vem exigir serviços da Polícia Militar. Como exigir serviços se tem um salário de fome? Um salário que faz com que um policial militar se sujeite à condição e ao favorecimento do crime. É necessário que o Governo apareça para a Polícia Militar do Paraná e faça com que recupere, pelo menos parte, do seu defasado salário. É necessário que mandemos uma Mensagem ao Governador do Estado do Paraná, para que possamos mexer com a sua sensibilidade.

Só para encerrar, Senhor Presidente, eu submeto à apreciação do Plenário, o Requerimento (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando envio de mensagem para que, em caráter de urgência, seja viabilizada majoração de vencimentos para a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) MARIO BEZERRA GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná encontram-se em elevado grau de defasagem. Um policial, em início de carreira, (soldado) percebe aproximadamente um salário de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais; importância extremamente irrisória, inconcebível para quem deve arcar com a responsabilidade da segurança pública. Com tais vencimentos, fica o policial militar suscetível de se corromper e facilitar crimes.

Hã notícias de soldados os quais, em momentos em que se encontram liberados do trabalho, dedicam-se ao cultivo da terra, como trabalhador rural, na condição de bôias-frias, para que possam complementar salários impedindo assim, que os filhos vejam-se privados de alimentação sadia. A situação parece insustentável.

O Paraná corre o risco de ver sua Corporação radicalmente diminuída, agravando sobremaneira a já debilitada segurança de seu povo. Providências fazem-se urgentes."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu Horário.

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº SPB.1309/92, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados João Arruda, Basílio Zanusso, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado como novo Líder da Bancada do PFL.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês, em função de estar acompanhando o Prefeito desta Capital, na cidade do Rio de Janeiro.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Cleiton Kielse, Nelson Justus,

Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/92, de autoria de VÁRIOS SENHORES DEPUTADOS, que dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para encaminhar)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde a primeira votação que aqui nesta Casa se passou, temos encaminhado e declarado o nosso voto contrário a esse Projeto de Lei.

Ontem nesta tribuna o Deputado Ernani Pudell, justificou por várias razões e em vários momentos a inconstitucionalidade do Projeto de Lei que dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefones e correspondências, moradia e combustível. O que nós entendemos é que este projeto como está sendo aprovado ou apresentado e aprovado aqui na Assembléia é uma afronta a dignidade do povo paranaense na atual situação em que vivemos.

Não é novidade que o nosso País passa por uma recessão escandalosa, o desemprego, a quebra das micro, pequenas e médias empresas, cinquenta por cento da economia do País, já passa a economia informal, porque as pessoas procuram de forma aguerida a um meio de sobrevivência. Passamos aqui ontem por este Plenário e está também em 2ª votação de hoje, 3ª discussão, um projeto de Isenção ou de Suspensão de água e luz aos desempregados. Hoje já se tem aqui, em outras oportunidades, passam de cem mil desempregados no Paraná, isso significa uma grande parcela de nossa população não tem nem como procurar uma forma de ganhar o mínimo para a sua sobrevivência e nós votamos aqui o aumento ainda maior do que já é do salário dos Parlamentares, que não teríamos salário, mas formas de repasse de verbas públicas de dinheiro do povo do Paraná aos cofres dos Senhores Deputados desta Casa.

O descrédito dos políticos hoje é tamanho no Paraná e no nosso País e até os salários, os subsídios dos Parlamentares, para nós, são um dos fatores que levam o povo ao descrédito político, justamente pela realidade em que vive o nosso povo, ganhando um salário mínimo de Cr\$ 230.000,00, mais da metade dos trabalhadores do Paraná e do Brasil. Não queremos com isso comparar, fazer comparativos para dizer que um Deputado deveria ganhar um salário mínimo, mas entendemos como uma afronta quando as pessoas brigam, lutam e se agarram para conseguir um emprego, ganhar no mínimo um salário mínimo e nem isso não conseguem, e vemos os salários dos deputados serem elevados para vinte e três milhões de cruzeiros bruto, 24, 25 como quisermos interpretar.

Isto, no nosso entendimento, é uma afronta à dignidade do povo do Paraná, do povo trabalhador do Paraná. Para nós muitos Deputados que nesta Casa atuam e estão eleitos, não dependeriam destes salários para sua sobrevivência. Há muitos Deputados empresários de vários ramos e que não sobrevivem deste salário, daquilo que se recebe, em troca, eu diria do exercício do mandato.

Portanto, precisaríamos entender de que a remuneração de um parlamentar deveria ser justa. Justa porque nem todos e muitos dos que aqui estão inclusive este que vos fala, não têm nenhuma outra atividade ou rendimento para exercer o seu mandato, a não ser o exercício do mandato e os nossos valores, repassamos como é do conhecimento de todos, 40% ao nosso Partido.

Portanto há que se fazer justiça e que os Deputados que exercem mandato tenham um pagamento justo pelo seu mandato. Mas entendemos que a forma como se eleva hoje este Projeto de Lei que nada mais é do que elevar, em pouco espaço de tempo, a verba de representação de 515 para 1 milhão de cruzeiros; de 1 milhão de cruzeiros passou para 5 milhões de cruzeiros e de 5 milhões apenas um mês ou dois depois, passa-se para 8.200, aproximadamente, que é o nosso cálculo dentro deste Projeto de Lei nº 006/92.

Entendemos inconstitucional e, além disso, imoral e injusto. A forma que o nosso Projeto aqui propõe, esses ressarcimentos, numa equivalência a 75% dos ressarcimentos dos Deputados Federais, nós não paramos para observar - eu tenho certeza os Srs. autores do Projeto -, de que, aproximadamente, mais de 50% das verbas que os Deputados Federais recebem, fora os seus subsídios, esses auxílios correspondem às suas viagens de avião, vindo para os seus Estados quatro vezes por semana que é um direito justo, certo e digno para

que os Parlamentares estando em Brasília possam estar ligados a seu Estado. O que não justifica, de forma nenhuma, que os Deputados Estaduais, que dificilmente ou praticamente ninguém se utiliza de avião para poder ir às suas bases eleitorais e exercer o seu mandato. O que justifica para os Deputados Federais.

No nosso entendimento, esta forma que se utiliza aqui para justificar, receber os 75% das verbas dos Deputados Federais, no nosso entendimento, é injustificável, porque mais de 50% daqueles recursos se destinam a essas viagens dos Deputados Federais ao Estado.

Portanto nós entendemos que esse Projeto não deveria ser aprovado e não deverá ser aprovado. Esperando ainda o bom-senso dos Srs. Deputados para que recuperemos, além do descrédito que já temos, não nos imponhamos em maior descrédito para a sociedade paranaense, mas que nos coloquemos a população a julgar um mandato sério do Deputado e eu diria que justamente como a grande maioria dos Srs. Deputados não dependem das verbas advindas do seu mandato, o que se entende aqui é que os Deputados preferem fazer o assistencialismo, fazer o clientelismo com as verbas públicas. Se entendemos e é consenso aqui porque em muitos momentos ouvimos manifestação dos Srs. Deputados, que concordam com a nossa posição de que fazer assistência não é função parlamentar, portanto, nós temos autonomia e temos poder para que esses recursos, e que o Estado aumente ainda mais os recursos para essas atividades ou para essas necessidades do nosso povo e o Estado cumpra com o seu papel, que é função do Poder Executivo fazer o atendimento às pessoas carentes e às pessoas necessitadas do nosso Estado ou mesmo que a Assembleia tenha um departamento de assistência social para atender o povo necessitado.

Quando nós recebemos essas verbas e quando encaminhamos contrário é porque entendemos que isso não é nossa função. Isso é desviar a função parlamentar. E por isso os poderes constituídos que têm de direito e de dever fazê-lo, que o façam, e nós temos aqui o compromisso de fiscalizar e de fazer com que os poderes cumpram as suas funções mas esta não é nossa. Portanto, quero deixar aqui entendido, que encaminharemos uma ação de inconstitucionalidade a esse projeto, porque entendemos que no atual momento e na realidade porque passa nosso povo e que está mergulhado nosso País é uma afronta à classe trabalhadora do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação da emenda.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, de acordo com o artigo 160, § 3º, Deputado Albino Corazza e eu nos abstermos de votar.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Com voto contrário do Ernani, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu gostaria que registrasse os votos contrários do PT e dos outros Deputados para que depois possamos ver se eles irão receber ou não, para que não venham com demagogia depois fazer requerimentos, aí dos recursos esgotados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isso é problema de cada um dos Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL, DR. ROSINHA e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz dos desempregados. ANEXO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 579/91. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda Substitutiva Geral: **aprovada**.
Projeto: **aprovado**.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO VIDA NATURAL, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DO ROTARY CLUBE DE UNIÃO DA VITÓRIA - Porto União, com sede e foro no Município de União da Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/92, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Florai. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO SILVA, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Cafelândia, com sede e foro no Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/92, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DA VILA GUAÍRA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo**.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 938, de autoria do Senhor Deputado Ademir Traiano, constante do expediente.- **Aprovado**. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 944, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- **Aprovado**. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 943, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado**. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 942, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.- **Aprovado**. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 941, 940 e 937, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente.- **Aprovados**. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 947, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado**. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 953, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, João Arruda, Arlindo Troian e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado**.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Declaração de Voto) - Sr. Presidente.

A iniciativa do Deputado Cleiton Quielse é das mais justas e merecedoras, não só da nossa assinatura de apoio, mas também da nossa palavra de estímulo.

Estivemos ontem à noite, em Paranaguá, participando de um ato público, em defesa do Porto Público e tivemos o privilégio de naquela oportunidade contar com a presença além de V. Exa. o Governador Roberto Requião, do vice-Governador Mário Pereira, de diversos Secretários de Estado, de contar com a presença firme da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença deste que agora se pronuncia, do Deputado Cleiton, do Deputado Oswaldo Trevisan, do Deputado Colombino, do Deputado Lourenço Fregonese e do Deputado Ernani Pudell. Todos, a seu tempo, colocaram seus pontos de vista, manifestaram-se em favor da permanência do Porto Público, no Estado. É evidente que algumas coisas terão

que ser feitas para que o nosso Porto possa se modernizar, tenha agilidade e propicie àqueles que são seus usuários um custo pelo uso menor do que aquele que vem praticando.

Todos sabemos da importância que tem para o Paraná a permanência do Porto na condição de uma entidade pública. Todos entendemos que não seria a melhor alternativa, porque assim é no mundo inteiro, o Porto privado. No mundo inteiro poucos, ou quase nenhum são portos privados, na maioria são portos públicos. No Brasil mesmo, segundo informações do Deputado Fregonese, apenas o Porto de Imbituva, Santa Catarina, é um porto privado. E sabemos que, pelas informações que possuímos, não é dos portos mais importantes, deste País.

Por essa razão queremos aqui nos somar e já o fizemos através do voto e da assinatura à iniciativa do Deputado Cleiton Quielse, e nos somar especialmente à postura arrojada, à postura séria e definitiva do Governador que vem em defesa da manutenção do Porto público que para o Estado do Paraná e sua gente nós entendemos ser a melhor alternativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 946, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente.- **Oficie-se na forma de apelo.**

Requerimento nº 945, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente.- **Oficie-se na forma de apelo.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós fizemos este Requerimento no sentido de que fosse aprovado, uma vez que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina aprovou com o mesmo teor requerimento idêntico.

Este Senhor que foi demitido, foi denunciado do favorecimento do Senhor Pedro Paulo Leone que foi posteriormente demitido pelo Presidente Collor.

E este rapaz que estamos pedindo que volte ao emprego foi um dos denunciante de Pedro Paulo Leone como corrupto.

E a Assembléia Legislativa de Santa Catarina já aprovou documento idêntico, e nós simplesmente copiamos o requerimento formulado naquela Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um erro não justifica outro.

Nós cumprimos a nossa missão encaminhando o requerimento de V.Exa. através da Mesa, no sentido de um apelo. Eu acho que é correta esta decisão da Mesa, sem ferir os princípios de autonomia, é o mesmo sentido, só que na forma de apelo.

Curitiba, quinta, em 11.06.92

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu não pude ouvir a inclusão do Projeto nº 69/92, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede. Será incluído na próxima Sessão.

Aliás, há uma retificação: o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça informa que ainda não teve Parecer na Comissão de Justiça.

A Mesa informa que nosso "Mirabeau" esqueceu o Projeto, não levou à Comissão.

Nessas condições não há como colocar na Ordem do Dia de segunda-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista o Projeto estar tramitando em Regime de Urgência, e a determinação de V.Exa. que mesmo fosse às Comissões num prazo de quarenta e oito horas, nós já estamos a mais de cem horas, na segunda-feira estaremos a mais cento e cinquenta horas.

Eu entendo que a Mesa deva colocar o Projeto na Ordem do Dia e apreciarmos da maneira que se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lamenta não atender a V.Exa, tendo a informação verbal do Presidente da Comissão de Justiça que o Projeto não foi debatido, nem discutido na Comissão por falta de algumas folhas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 006/92 e dos Projetos de Lei nºs 393, 510 e 529/91, e do Projeto de Lei Complementar nº 526/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 589/91 e 053/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 060/92

conceder, a funcionária contratada deste Poder Legislativo, MARA LUIZA ZECH, quinze

(15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 1º de junho do corrente ano.

(Prot. nº 4106)

PORTARIA Nº 061/92

conceder, a MARIA JOSE ROCHA MASULO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o art. 392, § 1º da C.L.T.; art. 78, § 18, da Constituição Federal de 1988, a partir de 11 de maio de 1992.

(Prot. nº 3859)

PORTARIA Nº 062/92

conceder, de acordo com o art. 392, § 1º, da C.L.T. e art. 78, § 18, da Constituição Federal de 1988, a ROSANGELA ALVES CARDOSO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 11 de maio de 1992.

(Prot. nº 3858)

PORTARIA Nº 063/92

conceder, a GISELE GUÉRIOS NARDI, funcionária contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o art. 392, § 1º da C.L.T. e art. 78, § 18, da Constituição Federal de 1988, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 08 de maio de 1992.

(Prot. nº 3964)

PORTARIA Nº 064/92

conceder, a LUCIANA CANTU BAGGIO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o art. 392, § 1º da C.L.T. e art. 78, § 18, da Constituição Federal de 1988, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 30 de maio de 1992.

(Prot. nº 3963)

PORTARIA Nº 065/92

mandar contar, para efeito de aposentadoria em favor de GIOACCHINO SUGAMOSTO, matrícula nº 594, ocupante do cargo de Ofi-

cial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, § 5º da Constituição Estadual, do tempo de um (01) ano, um (01) mês e dezessete (17) dias, período compreendido entre 02 de maio de 1957 e 10 de julho de 1958, em que prestou serviços em empresa privada.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL,
em 08 de junho de 1992.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 368/91, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado CEZAR SILVESTRI
Presidente
Sandro Alberto Figueiredo
Secretário